

ISSN 2179-6890

## **ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA LOCALIDADE DE CERRO CHATO, NO MUNICÍPIO DE AGUDO, RS<sup>1</sup>**

### *SOCIO-SPATIAL ANALYSIS OF CERRO CHATO, IN THE CITY OF AGUDO, RS*

**Clair Lisandra Wilhelm<sup>2</sup> e Valdemar Valente<sup>3</sup>**

#### **RESUMO**

Considerando-se a importância que o espaço agrário representa para a humanidade, buscou-se analisar a organização socioespacial da localidade de Cerro Chato, município de Agudo, RS, uma vez que inexistem trabalhos abordando essa temática. O presente trabalho foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico; elaboração e aplicação um questionário à comunidade, com 32 questões, sendo 27 fechadas e 05 abertas. De acordo com a análise, a localidade apresenta baixas escolaridade e renda de sua população. A agricultura é a principal atividade desenvolvida, com destaque para o cultivo do arroz, abrangendo 83% dos moradores, predominando o trabalho familiar e a pequena propriedade. As transformações espaciais na localidade acontecem de forma imposta pelo capitalismo, por meio da inserção de máquinas, sementes geneticamente modificadas, adubos químicos e agrotóxicos, os quais provocam consequências negativas ao meio ambiente e à saúde humana, bem como a dependência do agricultor em relação aos grupos econômicos ligados ao campo. Assim, a partir deste trabalho, foi possível conhecer a organização socioespacial dessa localidade, ao analisar inúmeros aspectos como sua condição socioeconômica, atividades agrícolas desenvolvidas, consciência ambiental dos moradores, entre outros.

**Palavras-chave:** organização, espaço agrário, moradores.

#### ***ABSTRACT***

*Considering the importance the agrarian space has to humanity, it sought in this paper to examine the socio-spatial organization of Cerro Chato in the city of Agudo,*

<sup>1</sup>Trabalho Final de Graduação - TFG.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Geografia - UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientador - UNIFRA.

*RS, since there are no studies addressing the organization of this agrarian space. This work is based on a literature review and the development and applying of a questionnaire of 32 questions, 27 closed and 05 open. According to the analysis, its population presents low education and income levels. Agriculture is the main activity developed, with 83% of residents cultivating rice in small properties. The spatial changes occur in the locality by imposed law of capitalism, by inserting machines, genetically modified seeds, chemical fertilizers and pesticides, which cause negative consequences to the environment and human health, as well as the dependence of the farmer in relation to economic groups linked to the field. Thus, from this study, it was possible to know the socio-spatial organization of this location, upon considering several aspects such as their socio-economic status, agricultural activities developed, the residents' environmental awareness, among others.*

**Keywords:** *organization, agricultural space, residents.*

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o espaço agrário passa por profundas transformações com a incorporação de técnicas e máquinas cada vez mais modernas, acarretando prejuízos muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente e ao homem. Assim, a vida no e do campo sofre profundas mudanças sociais, culturais, ambientais, tecnológicas, entre outras.

A exploração econômica do espaço agrário, em busca de renda, acarreta a transformação da natureza pelo homem, de acordo com a intensidade e o objetivo do uso do solo, ocasionando inúmeras mudanças nesse espaço, as quais se intensificam à medida que novas tecnologias e máquinas são incorporadas às atividades agrícolas, ampliando o processo de modernização do campo. Por consequência, há a liberação de mão de obra, devido à substituição do trabalhador rural pela máquina, ocasionando o aumento das taxas de desemprego e o processo de êxodo rural. Assim, muitos produtores, face ao descontentamento com a sua situação, acabam migrando para a cidade, intensificando os problemas urbanos.

Por isso, neste trabalho, teve-se como objetivo geral analisar a organização socioespacial da localidade de Cerro Chato, município de Agudo, RS, considerando que o estudo do espaço agrário possibilita a análise de inúmeros aspectos socioeconômicos, cujo aspecto agrícola desempenha importante papel no desenvolvimento do município. Teve-se como objetivos específicos analisar a evolução e organização do espaço agrário brasileiro; localizar a área de estudo;

analisar a evolução e organização do espaço agrário na localidade de Cerro Chato; conhecer dados relacionados à produção agrícola local; analisar aspectos socioeconômicos da população local; verificar a importância das atividades agrícolas para a economia do município; identificar impactos ambientais causados pela atividade agrícola; e perceber concepções de meio ambiente dos moradores da localidade.

Além disso, nesta pesquisa contemplou-se a linha de pesquisa do Curso de Geografia do Centro Universitário Franciscano, abordando a organização do espaço, objeto de estudo da ciência geográfica.

No estudo da organização do espaço, deve-se considerar o homem como um de seus agentes modificadores, pois nessa relação espaço/sociedade é possível verificar as inúmeras transformações que são intensificadas pela ação humana. Ainda, enquanto o homem modifica o ambiente em que vive, acaba por modificar a si mesmo.

## **A FORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**

A sociedade é responsável pela formação do espaço geográfico, constituindo uma paisagem humanizada, a partir de suas relações com o meio. Tudo o que existe atualmente é resultado das ações de pessoas que viveram tempos atrás, assim como as gerações futuras dependerão das ações das gerações atuais. Cada pessoa, no ambiente em que vive, transforma aquele meio no seu espaço e, com isso, acaba se transformando também. O espaço, portanto, é o resultado, o produto do trabalho e da ação do homem.

De acordo com Callai (2000, p. 96),

a paisagem revela a realidade do espaço em um determinado momento do processo. O espaço é construído ao longo do tempo de vida das pessoas, considerando a forma como vivem, o tipo de relação que existe entre elas e que estabelecem com a natureza. Dessa forma, o lugar mostra, através da paisagem, a história da população que ali vive, os recursos naturais de que dispõe e a forma como se utilizam tais recursos.

Assim, é possível analisar a ação humana em um determinado espaço e como esse se encontra organizado, sendo fundamental a realização de ações conscientes em relação ao meio em que se vive, para não causar transtornos

às sociedades futuras, uma vez que a natureza não é propriedade de ninguém, apresentando-se como espaço de produção, sendo constantemente degradada. Por meio dessa apropriação, o homem interfere no meio, produzindo seu espaço, um espaço social à medida que resulta da interação entre sociedade e natureza.

Por isso, ao analisar determinado espaço, é necessário compreender a sua história, formação e organização. Para tanto, de acordo com Callai (1998), é necessária a análise dos fixos e fluxos deste lugar, buscando identificar os fixos e reconhecer os fluxos em suas origens e nas suas formas de concretização material pois tanto os fixos quanto os fluxos são muito importantes para o desenvolvimento e integração regional.

São os fixos e os fluxos que caracterizam o desenvolvimento das regiões, são responsáveis pela agilidade da troca de informações, circulação de mercadorias e pessoas, escoamento da produção, entre outras. Assim sendo, quanto maior a quantidade de fixos, mais intensos e variados serão os fluxos, contribuindo para a ligação intra e inter-regional. A população tende a se instalar justamente nos locais onde há uma rede de fixos e fluxos bem estruturada, contemplando as suas necessidades como eficiente rede elétrica, sistema de telefonia, rede de transportes diversificada, entre outros. A deficiência de fixos e fluxos é mais intensa nas áreas rurais, ocorrendo áreas que não possuem energia elétrica, por exemplo.

Em razão desses e de inúmeros outros fatores, o Brasil apresenta áreas densamente ocupadas, áreas em processo de ocupação e áreas desocupadas. O relevo e o tipo de solo também influenciam, pois originam paisagens muito variadas. A partir dos processos de ocupação, as paisagens se diferenciam ainda mais, resultado da maior ou menor intensidade do uso do solo, como dos objetivos que determinam esse uso.

As regiões densamente ocupadas localizam-se junto ao litoral do país, inicialmente colonizado pelos portugueses, em razão da facilidade de exportação para a metrópole. Acompanhando o processo de crescimento da população, tem-se a ocupação de áreas ao Oeste do país, respeitando eventuais acidentes geográficos. A colonização do Sul do país ocorreu a partir do século XIX, com a vinda de inúmeros imigrantes, como alemães e italianos.

As áreas em processo lento de ocupação e desocupadas localizam-se em pontos isolados da Amazônia, com a presença de nações indígenas. Inicialmente, a ocupação ocorreu de forma lenta por meio de vias fluviais, sendo que muitas cidades localizam-se à beira dos rios. Com a construção de rodovias na região, o processo de ocupação se acelerou, assim, conforme Andrade (1997, p. 67), “com

subsídios públicos, grandes áreas vão sendo apropriadas, expulsos os indígenas e posseiros e feita a derrubada da floresta, criando problemas sérios de ordem social e ecológica”.

Dessa forma, a atual estrutura fundiária brasileira é reflexo dos primórdios de sua colonização. O processo de concentração de terras tem início com a Lei das Sesmarias, em 1531, com a distribuição de imensas áreas de terras, originando grandes latifúndios monocultores, através da lavoura canavieira. Inicialmente, foram cultivadas as áreas costeiras. O interior do Brasil apresentava grandes vazios demográficos, como ainda hoje acontece. Na segunda metade do século XIX, ocorreu a evolução da grande para a pequena propriedade, com o cultivo de produtos agrícolas diversificados. Na década de 60, século XX, iniciou o processo de modernização do campo, com a mecanização e a tecnificação. Percebeu-se, também, novo processo de concentração de propriedades, com gradativa exploração de novas áreas, principalmente no interior do país.

Assim, na análise da organização do espaço agrário brasileiro, deve ser considerado o processo de ocupação e de exploração de seu território, além de sua grande extensão territorial. Em razão disso, tem-se áreas de grande ocupação agrária com intensa integração de atividades e outras com pouca ou nenhuma presença humana (desconsiderando os indígenas). Ainda, ocorrem paisagens bastante diferenciadas, com grandes desigualdades em relação ao acesso a terra e à sua utilização, ocorrendo concentração de propriedades, originando grandes latifúndios de um lado e, de outro, inúmeros minifúndios com área insuficiente para a subsistência de uma família.

Esse desenvolvimento capitalista é considerado contraditório e excludente, gerando desigualdades sociais, culturais, tecnológicas, ambientais, entre outras. É tido como antissocial e antieconômico, uma vez que visa a enriquecer alguns em detrimento de muitos outros, além de priorizar o acesso à terra e financiamentos a poucos. Também incentiva a produção de mercado, ou seja, a agricultura especulativa, esquecendo que a prioridade deveria ser a produção para subsistência. Ainda, é considerado antiambiental em razão da intensa degradação provocada ao meio ambiente, para satisfazer os interesses capitalistas. Dentre os impactos causados, é possível citar o desmatamento desenfreado; a compactação e a erosão do solo por meio do emprego de máquinas mais pesadas durante seu manejo; a utilização de agrotóxicos, provocando o empobrecimento do solo, além da poluição do ar e da contaminação dos alimentos, que prejudica a saúde humana e animal.

Enquanto os latifúndios estão se expandindo e empregando cada vez mais pessoas, os minifúndios estão cada vez mais priorizando o trabalho familiar,

em razão de seu gradativo empobrecimento. Tem-se, também, a submissão da terra ao capital, uma vez que o homem, a partir de técnicas e equipamentos modernos, tem um controle cada vez maior sobre as adversidades naturais, como relevo (corrigindo-o através de curvas de nível e terraplenagem), escassez de chuvas (através de sistemas de irrigação), entre outras.

Devido à modernização que atinge o espaço agrário brasileiro, relativa à produção, técnicas e métodos utilizados, estão ocorrendo diversas mudanças, alterando profundamente a vida no e do campo, como a mecanização agrícola e a associação dos produtores em cooperativas para haver um fortalecimento mútuo frente ao atual mercado competitivo. Moreira (1990, p. 67) explica que “uma parte dos camponeses acompanha a modernização capitalista da agricultura, firmando-se como pequeno produtor moderno, mas uma outra é expropriada e expulsa da terra”. O autor refere-se ao caráter excludente da modernização do campo, sendo que, enquanto alguns se modernizam, a maioria é excluída desse processo.

Além disso, há um maior consumo de adubos, agrotóxicos e sementes melhoradas, contribuindo para o empobrecimento dos solos e, conseqüentemente, do próprio produtor rural. Ao mesmo tempo em que ocorre a modernização do campo, há também intensa degradação ambiental. Com auxílio da biotecnologia são produzidas inúmeras novas opções de sementes modificadas em laboratório. Por causa da vasta propaganda, enfatizando somente seus benefícios, o produtor rural acaba adquirindo-as, apesar de apresentarem um custo maior, interessado apenas na sua produtividade, sem considerar os danos causados ao solo.

Com o objetivo de reduzir a agressão ao meio ambiente, tem surgido um novo modelo agrícola, a agricultura sustentável. A partir dela, busca-se a conservação e preservação dos solos, além de uma produção mais saudável, possibilitando às futuras gerações o contínuo cultivo desse solo e uma melhor qualidade de vida. Nesse tipo de agricultura, não são utilizados agrotóxicos nem adubos químicos, garantindo investimentos bem menores, ou seja, esse modelo é mais econômico, no entanto, ocorre um aumento de trabalho. Apesar disso, é necessária a criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza, além da produção de novas formas políticas que priorizem o meio ambiente, desprezando os interesses capitalistas.

Por consequência da modernização no campo, há também a liberação de mão de obra, devido à substituição do trabalhador rural pela máquina, ocasionando o aumento das taxas de desemprego e o processo de êxodo rural. Assim, muitos produtores, em face ao descontentamento com sua situação, acabam migrando para a cidade.

Conforme Valente (1995, p. 115),

decorre daí o fenômeno chamado 'êxodo rural', ou seja, o abandono do campo pela maioria dos homens e mulheres, expulsos do campo pela concentração fundiária, pelo avanço constante da mecanização que liberta a mão de obra e atraídos pelas cidades, pelas 'facilidades' e valores implantados na sociedade urbana que acompanham o processo de modernização dos meios de produção.

Portanto, a modernização do espaço agrário, além de empobrecer o solo, acaba também empobrecendo os produtores rurais, pois muitos são excluídos desse processo e sem perspectivas de melhoras no setor agrícola e acabam migrando em direção às cidades em busca de melhores condições de vida, ampliando a massa de desempregados.

Conforme estudos de Oliveira (1999), a reforma agrária, por meio da reestruturação fundiária, seria uma das alternativas para reduzir as desigualdades reinantes no setor agrícola. Reivindicações ocorrem desde a segunda metade do século XX, sendo que os movimentos sociais e rurais estão se intensificando. A reforma agrária deve estar acompanhada de políticas assistenciais para os agricultores, como habitação rural, saneamento básico, saúde, assistência técnica e financeira, dentre outras.

Com a crescente urbanização no País, enfrentam-se diversos desafios, como habitação, transportes, infraestrutura, saneamento básico e desemprego. Essa falta de investimentos acaba gerando a miserabilidade da população, tendo como consequência, muitas vezes, a violência, como forma de manifestar a insatisfação com a sua condição de vida.

Nesse sentido, as indústrias representam papel fundamental no desenvolvimento de uma cidade ou região, contribuindo com impostos e empregos gerados, além de atrair mais investidores. As pessoas, muitas vezes, migram do campo para a cidade com o firme propósito de trabalhar nas indústrias, aumentando, assim, a população urbana. Porém, há casos em que essas pessoas se instalam no perímetro urbano, mas não conseguem emprego, contribuindo para o aumento do número de desempregados. Surgem, dessa forma, os boias-frias: trabalhadores que mesmo morando nas cidades, pela falta de emprego, trabalham na zona rural, contribuindo para o crescimento da população agrícola (trabalha no campo e mora na cidade), motivo pelo qual ela é maior que a população rural (trabalha e mora no campo), pois esses trabalhadores são urbanos apenas pela sua residência.

A principal causa da urbanização no Brasil foi e é o êxodo rural, intensificado pelo descontentamento do homem do campo pela falta de incentivos e políticas que lhe deem segurança de que terá seu sustento assegurado por meio da renda do campo. Conforme Valverde (1985, p. 257), “não há outra explicação aceitável para o êxodo rural brasileiro senão as condições sociais e econômicas desfavoráveis, reinantes no campo”. São inúmeros os dados que retratam essa realidade, sendo que a Região Sul é exemplo da migração do homem para a área urbana, pois em 1940 a população rural era de 72,27%; porém, em 1996, contabilizava apenas 22,79% da população, de acordo com Santos e Silveira (2003, p. 211).

Atualmente, o espaço agrário sofre um profundo processo de industrialização e urbanização, havendo uma integração do setor agrícola com o setor industrial, pois o setor agropecuário é um poderoso mercado consumidor para as indústrias urbanas, adquirindo máquinas, implementos agrícolas, agrotóxicos e adubos químicos. Dessa forma, ocorre a integração da agricultura ao sistema capitalista industrial: as cidades estão dominando o campo, o qual, antes espaço de produção, torna-se espaço de consumo, uma vez que para produzir precisa adquirir equipamentos e produtos para viabilizar sua produção. Conforme Valente (1995, p. 115), “inicia-se um rápido processo de transformação do espaço agrário, cujos resultados mais evidentes são a dependência e a submissão cada vez maior do campo em relação à cidade, face às necessidades de elevar a produção”. Ressalta-se que nem todos os espaços estão inseridos nesse processo de modernização.

Além disso, inúmeros produtos e serviços urbanos são incorporados ao meio rural como eletrodomésticos, serviços bancários, energia elétrica, sistema de telefonia móvel, gerando conforto e bem-estar, mas encarecem o custo de vida do agricultor, ocasionando um empobrecimento ainda maior. Valente (1995) considera que a modernização agrícola e a miséria são duas faces que caminham juntas em um mesmo processo, havendo de um lado uma agricultura moderna e, de outro, uma agricultura tradicional de subsistência. Esses contrastes são visíveis se forem comparadas áreas de latifúndios, com intensa modernização, e de minifúndios, onde predomina a agricultura tradicional, com crédito agrícola deficitário e pouca assistência junto às suas lavouras.

O cultivo tornou-se uma atividade muito importante, apesar dos inúmeros problemas enfrentados no campo. Segundo Diniz (1984, p. 19),

apesar do grande desenvolvimento industrial e da expansão urbana, a agricultura representa papel fundamental no mundo de hoje. O desenvolvimento científico e tecnológico



vem alterando os seus padrões tradicionais, porém ela continua responsável pela alimentação da humanidade.

Por mais que ocorram mudanças e avanços no setor agrícola, este nunca deixará de desempenhar um papel importantíssimo: alimentar a todos. Por isso, os cuidados para com a natureza devem ser redobrados, pois o homem depende exclusivamente dela para sobreviver.

No Rio Grande do Sul, as atividades agrícolas desenvolveram-se inicialmente para abastecer o mercado do Sudeste, ocorrendo o aumento da produção, com o cultivo de novas áreas. Para auxiliar e agilizar esse trabalho, o agricultor utiliza máquinas e técnicas modernas, inserindo o capital e o moderno no campo. No entanto, esse processo é desigual, ocorrendo áreas que ainda produzem somente para sua subsistência. Ainda hoje, o Rio Grande do Sul tem sua economia baseada na agricultura, praticada, primeiramente e intensamente, pelos imigrantes, e na pecuária, introduzida pelos jesuítas.

Segundo Valente (2001, p. 50),

[...] as atividades agrícolas e pecuárias assinalaram um momento ímpar na constituição da sociedade rio-grandense, uma vez que a formação econômica e social é o reflexo da estrutura rural e urbana que floresceu sobre o espaço. A sociedade rural caracterizou duas formas distintas de povoamento, organizadas na grande propriedade, baseadas na pecuária e na pequena propriedade agrícola. A agricultura foi responsável pela ruptura daquela organização uniformemente constituída, isto é, a grande propriedade.

Assim, percebe-se a influência dos imigrantes na organização do espaço gaúcho, contribuindo para a desconcentração de propriedades através das atividades pecuaristas e agrícolas policultoras. Atualmente, apesar da introdução de técnicas e máquinas mais modernas em algumas regiões, nota-se áreas que ainda preservam algumas características da época de sua colonização, utilizando métodos rudimentares, como a força animal para cultivar suas lavouras.

Nesse contexto de mudanças, o espaço agrícola gaúcho apresenta desigualdades regionais, ocorrendo áreas em processo de modernização, enquanto outras realizam uma agricultura tradicional. Conforme Valente (2001, p. 33), “a lavoura comercial transformou as relações produtivas do espaço, articulando e coexistindo atividades tradicionais e modernas”.

O espaço agrário brasileiro apresenta sérios problemas como a concentração de propriedades e de capital, processo que se intensifica gradativamente em razão da modernização do campo, sendo responsável pelas desigualdades sociais existentes e pelos conflitos rurais que ocorrem, pois o agricultor se sente injustiçado frente aos contrastes existentes no campo. É necessária a realização de programas assistenciais e uma melhor distribuição de terras, auxiliando na permanência do homem do campo em seu meio.

## **METODOLOGIA**

Para a presente pesquisa, utilizou-se o método dedutivo, considerando características gerais para, após, analisar as particularidades da área em estudo.

É de cunho descritivo, pois procura descrever o fenômeno estudado. De acordo com os procedimentos de coleta, é de levantamento, a partir da pesquisa de informações e de pesquisa bibliográfica, por meio de consulta de materiais contendo informações já elaboradas sobre o tema. Segundo as fontes de informação, ela é de campo, devido à utilização de questionário; é bibliográfica, pois há consulta em periódicos e livros sobre o tema; e de laboratório, com a interferência artificial na produção do tema.

A pesquisa envolveu 80% da comunidade da localidade de Cerro Chato, município de Agudo, RS, sendo que a aplicação do questionário abordou diversos aspectos, como a percepção de meio ambiente dos moradores, sua condição socioeconômica, seu grau de escolaridade, sua estrutura etária, seus anseios em relação aos investimentos públicos e as espécies vegetais cultivadas.

Inicialmente, foi elaborado o referencial teórico a partir de levantamento bibliográfico abordando a organização do espaço agrário. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram dados coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Prefeitura Municipal de Agudo e em livros que abordam essa temática, além da coleta de informações junto à comunidade local. Após a organização desses dados, foi elaborado e aplicado um questionário, em janeiro de 2008, com 32 questões, sendo 27 fechadas e 05 abertas à comunidade de Cerro Chato, Agudo, RS. Assim, foi possível conhecer sua organização socioespacial, analisando seus aspectos socioeconômicos. Foram identificadas, também, as atividades agrícolas desenvolvidas e os seus impactos.

Nesta pesquisa, foi muito importante a participação da comunidade, principalmente a de moradores mais antigos, pois acompanharam o crescimento e desenvolvimento da localidade de Cerro Chato.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Agudo, RS, município predominantemente agrícola e de habitantes de origem alemã, recebeu seus primeiros imigrantes em 1º de novembro de 1857, junto à margem esquerda do Rio Jacuí, na localidade de Cerro Chato. Em 16 de fevereiro de 1959, foi criado o município de Agudo, com uma área de 536 Km<sup>2</sup>. Seu nome, Agudo, é em homenagem ao morro de mesmo nome, localizado a oeste da sede, que se destacou desde o início por sua beleza natural, possuindo uma altitude de 429 m, conforme dados fornecidos pela Prefeitura Municipal (2007).

Berço da Colônia Santo Ângelo, o município de Agudo, localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul - Depressão Central - pertencendo à Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião de Restinga Sêca. Sua altitude é de 83 m na sede, chegando a 610 m na localidade de Linha dos Pomeranos, interior do município. Possui clima subtropical, com verões muito quentes e invernos muito frios, com eventuais quedas de neve, sendo que sua temperatura média anual fica em torno de 21°C. Ainda conforme dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, sua rede hidrográfica é composta pelo Rio Jacuí, muito importante para a irrigação de plantações, além dos arroios Corupá e Grande. Atualmente, Agudo, RS faz divisa com os seguintes municípios: ao Norte, com Ibarama e Lagoa Bonita do Sul; ao Sul, com Restinga Sêca; a Leste, com Paraíso do Sul e Cerro Branco; e a Oeste, com Dona Francisca e Nova Palma.

O Município é considerado um importante centro comercial da região. Além disso, destaca-se no cultivo de arroz, fumo e morango. A pecuária concentra-se na criação de bovinos, ovinos e suínos. Sua economia está baseada na agropecuária, indústria, comércio e prestação de serviços, sendo que são as atividades agrícolas que predominam, impulsionando o desenvolvimento do município. Com belas paisagens naturais, o município está começando a se destacar no turismo ecológico, recebendo visitantes de diversas regiões, além de atrair turistas por preservar suas tradições alemãs.

Conforme Hermes e Valente (2008), em Agudo, RS, no período de 1970 a 2000, houve um constante decréscimo da população rural em consequência de um contínuo crescimento da população urbana. Isso ocorreu devido a fatores como falta de incentivos no campo, desvalorização dos produtos agrícolas, dependência das condições naturais, além dos altos juros, que fizeram com que o homem do campo abandonasse suas lavouras e tentasse uma nova vida na cidade. Assim, em 1970, enquanto a população rural contabilizava 88,25%, a urbana era de apenas 11,75%, sendo que em 2000 a população rural representava 67,6% e a população urbana 32,4% do total de habitantes.

A localidade de Cerro Chato situa-se ao sul de Agudo, RS, com o predomínio do cultivo de arroz, sendo que o Rio Jacuí apresenta grande importância, pois a maioria das lavouras é irrigada com suas águas.

Os resultados aqui analisados somente foram alcançados devido ao comprometimento da comunidade que percebeu a importância deste trabalho. Com isso, a pesquisa alcançou 80% dos moradores do local.

Nessa localidade desembarcaram os primeiros imigrantes alemães, em 1857. Iniciando, ali, a colonização do município de Agudo, com o cultivo de diferentes culturas agrícolas para subsistência. Após, foram colonizadas outras áreas, mais ao norte, sendo que a primeira picada aberta originou um povoado que, posteriormente, formou a cidade de Agudo.

Em Cerro Chato, observa-se a predominância de minifúndios, ou seja, de pequenas propriedades, com o cultivo de inúmeras espécies vegetais, com destaque para o arroz, visto que tem as condições naturais favoráveis, como terras planas e localizadas próximas ao Rio Jacuí, principal fonte de irrigação para as lavouras orizícolas.

Essa localidade está às margens da principal rodovia de acesso a Agudo, a RS 348, o que gera um intenso movimento de veículos nesse local, favorecendo o comércio de produtos agrícolas, além de facilitar o escoamento da produção. Uma característica herdada dos antepassados é a manutenção de hortas em frente às residências. Assim, as pessoas que por ali passam, ao notarem o cultivo de determinados produtos, param e perguntam se estão à venda. Isso é bom para o comprador, que conhece a origem do produto, e para o produtor, uma vez que significa uma renda a mais para a família.

São diversos os elementos urbanos que se encontram inseridos nesse meio, como redes de energia elétrica, sistema de telefonia celular e de internet, floriculturas e a presença de um minimercado, o qual facilita a vida do trabalhador rural que não precisa se deslocar até a cidade para adquirir determinados produtos. Isso caracteriza os fixos e fluxos, citados por Santos (1988 apud CALLAI, 1998). O abastecimento de água ainda é feito através de poços, pois não existe a canalização de redes de água e de esgoto.

De acordo com os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados, todos os moradores entrevistados são de origem rural, sendo que 87% sempre moraram no município de Agudo e 13% vieram de outros municípios por razões como o casamento e a busca por melhores condições de vida.

Cerro Chato caracteriza-se por ser uma região predominantemente agrícola, com a produção de mudas de hortaliças e folhagens, sementeira do arroz e plantio do morangueiro, além da comercialização de produtos coloniais. Também há o predomínio do trabalho familiar, característica herdada dos colonos alemães, uma vez que trabalhavam em sistema de cooperação, uns auxiliando os

outros, durante a semeadura, o plantio e a colheita, como hoje ainda se observa em muitos lugares. Essa é a forma encontrada para reduzir custos com mão de obra e aumentar a renda.

Conhecer a estrutura etária de sua população é importante para qualquer governante, pois reflete inúmeras características, auxiliando um melhor planejamento quanto aos investimentos necessários. Na tabela 1, mostra-se a estrutura etária da população de Cerro Chato, de acordo com a tabulação dos dados do questionário aplicado.

**Tabela 1** - Distribuição relativa da estrutura etária da população total da localidade de Cerro Chato, município de Agudo, RS.

Faixa etária	Quantidade (%)
Jovens (0-19 anos)	20,6
Adultos (20-59 anos)	61,0
Idosos (60 anos ou mais)	18,4
Total	100,0

De acordo com a análise, percebe-se um acentuado índice de adultos. Isso se reflete no crescimento local, pois há mais mão de obra disponível e trabalhando para o seu desenvolvimento. Em contrapartida, tem-se baixo índice de jovens, uma vez que as famílias rurais estão repensando sua estrutura familiar quanto ao número de filhos, o que reflete na estrutura etária e, posteriormente, poderá acarretar alguns problemas como a falta de mão de obra disponível no campo. Os idosos são a minoria, mas é um índice expressivo se comparado à média nacional (9%). Mesmo que estejam aposentados, continuam contribuindo com sua força de trabalho em atividades menos pesadas.

Analisando a quantidade de pessoas que moram em cada residência, predomina o número de 3 a 4 indivíduos por casa, com 47,8%. Em 32,6% das casas, residem de 1 a 2 pessoas apenas, sendo que em 19,6% das residências moram de 5 a 6 pessoas. Portanto, nota-se que há o predomínio de famílias pequenas, com um número reduzido de filhos, mesmo havendo residências com 5 e 6 pessoas. Ressalta-se que em muitas delas os pais, em razão de sua idade já avançada, acabam residindo com os filhos, pois requerem maiores cuidados com a saúde e por não mais suportarem a lida diária na lavoura, devido aos pesados trabalhos braçais.

Infelizmente, inúmeras estatísticas mostram o alto índice de analfabetismo no país, principalmente nas áreas rurais. Segundo o questionário aplicado, na localidade de Cerro Chato, porém, não há nenhuma pessoa analfabeta, conforme os dados da tabela 2.

**Tabela 2** - Distribuição relativa da população total da localidade de Cerro Chato, município de Agudo, RS, conforme o grau de escolaridade.

Grau de escolaridade	Quantidade (%)
Ensino Fundamental incompleto	45,7
Ensino Fundamental completo	19,6
Ensino Médio incompleto	15,2
Ensino Médio completo	4,3
Ensino Superior incompleto	4,3
Ensino Superior completo	10,9
Total	100,0

No entanto, percebe-se o predomínio de pessoas com baixa escolaridade. Possivelmente, essas pessoas são aquelas de mais idade e que, na época em que deveriam frequentar a escola, o acesso era difícil, pois a maioria somente oferecia estudo até a 5ª série. As escolas que ofereciam séries mais avançadas localizavam-se distantes, sendo que a maioria era particular, uma dificuldade a mais, pois os colonos possuíam poucos recursos financeiros, além de pouco valorizarem os estudos, uma vez que priorizavam o trabalho. Por isso, tem-se baixo índice de pessoas com Ensino Fundamental completo.

Com o passar dos anos, o Ensino Médio foi sendo implantado em mais escolas, facilitando o acesso dos alunos para continuarem seus estudos. Além disso, o transporte escolar oferecido pelo governo para a grande maioria dos estudantes também facilitou o acesso. Mesmo assim, é muito baixo o índice de habitantes da localidade de Cerro Chato com Ensino Médio completo, mesmo que a localidade contemple uma das três escolas de ensino médio do município, oferecendo aulas também no turno da noite, além de aulas na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Isso ocorre porque os adolescentes abandonam os estudos para auxiliarem os pais nas atividades agrícolas, uma vez que não vêem perspectivas de os filhos mudarem de profissão, perpetuando o trabalho familiar nas lavouras.

Inúmeros contrastes sociais afetam o meio rural, caracterizados, principalmente, pelas disparidades em relação ao acesso à terra. Assim, conforme dados do questionário, nessa localidade não é diferente, predominando a pequena propriedade, uma vez que 32,6% dos moradores possuem áreas de 1 a 5 hectares e 28,3% têm áreas de 6 a 10 hectares. A minoria possui áreas maiores, visto que 6,5% apresentam de 11 a 15 hectares, 4,3% de 15 a 20 hectares e 10,9% têm 25 hectares ou mais. Com isso, os maiores proprietários têm renda superior aos pequenos produtores, pois possuem mais terras para serem exploradas. Nesse contexto, há o agravamento dos contrastes sociais e o pequeno produtor acaba ficando à margem

do processo de desenvolvimento, conseguindo produzir apenas para o sustento de sua família.

São diversas as atividades desenvolvidas pelos agricultores, sendo que as principais atividades agrícolas destacadas no questionário são: a agricultura, o cultivo de hortifrutigranjeiros e o cultivo e comercialização de flores e folhagens. Há a predominância da atividade agrícola nessa localidade, abrangendo 83% dos moradores, mostrando a sua importância para a economia do município de Agudo. O cultivo de hortifrutigranjeiros é realizado por 10,6% dos moradores, que, muitas vezes, conciliam a atividade agrícola com o cultivo e comercialização de frutas e verduras, uma vez que há mercado consumidor garantido.

A venda dos produtos ocorre de diversas formas, sendo que 62,2% dos produtos são comercializados no mercado local, 21,6% atendem ao mercado regional e 16,2% ao mercado nacional. Como os produtos são produzidos em pequena escala, sua comercialização ocorre principalmente junto ao mercado local. Destaque para a rizicultura, sendo que o produto é comercializado nacionalmente, uma vez que existem duas beneficiadoras de arroz no município. Assim, o arroz é adquirido dos produtores, posteriormente beneficiado e/ou embalado para comercialização.

Na tabela 3, evidenciam-se as espécies vegetais cultivados para comercialização, com destaque para a cultura orizícola.

**Tabela 3** - Distribuição das espécies cultivados na localidade de Cerro Chato, município de Agudo, RS, para comercialização.

Espécies cultivadas	Quantidade (%)
Arroz	33,8
Milho	12,5
Morango	8,7
Verduras	7,5
Feijão	6,3
Fumo	6,3
Mandioca	5,0
Frutas	5,0
Mudas diversas	5,0
Batata	3,7
Folhagens	3,7
Amendoim	2,5
Total	100,0

Apesar de o fumo representar grande importância para a economia do município, é pouco cultivado nessa localidade, pois as condições naturais são

propícias para o cultivo do arroz, visto que o fumo é cultivado nas regiões mais altas do município.

Assim, a partir do trabalho de cada agricultor, da produção e da comercialização dos diversos produtos agrícolas, a renda média familiar varia muito, mostrando que as disparidades socioeconômicas também estão presentes no campo. Desse modo, a grande maioria dos habitantes (47,7%) recebe de 02 a 05 salários-mínimos. Como sua renda geralmente é anual, ela foi convertida em salários mensais para alcançar o objetivo do presente estudo. Na sua renda anual, o produtor rural “esquece” de debitar seu trabalho braçal e diário, indispensável para o cultivo da terra. Dessa forma, considera-se apenas os insumos e materiais necessários, não levando em conta seu trabalho. Há 34,1% das famílias que sobrevivem com até 02 salários-mínimos, principalmente as pessoas aposentadas, que já não suportam mais os trabalhos pesados da lavoura, cultivando apenas para sua subsistência. Com isso, possuem poucas condições de vida, dependendo dos órgãos públicos para atendimentos na área da saúde, uma vez que não têm condições para manter um plano de saúde.

Uma pequena minoria da população usufrui de condições melhores, sendo que 11,4% recebem de 06 a 10 salários-mínimos e 6,8% recebem mais de 10 salários-mínimos, resultado da renda das grandes propriedades e daquelas famílias em que mais de um componente contribui para a renda familiar. Contudo, enquanto a renda é maior, as despesas também são, uma vez que os interesses e necessidades se alteram conforme muda a condição econômica, ou seja, quanto mais se tem, mais se gasta.

Para agilizar o trabalho humano, o produtor utiliza a força mecânica que é representada por 72,2% das propriedades rurais. Há locais que não comportam a força mecânica ou seus proprietários não dispõem de renda para adquirir os equipamentos necessários, enquanto que 5,6% utilizam a força animal. Há 22,2% de propriedades que utilizam tanto da força mecânica quanto da animal. Assim sendo, a força mecânica é amplamente utilizada, uma vez que 72,8% dos produtores possuem seus próprios implementos agrícolas, 15,2% têm a força mecânica cedida, muitas vezes, realizando trocas com o vizinho e 12% a alugam de outros produtores rurais, visto que a necessitam eventualmente, tornando-se oneroso adquirir e manter o maquinário para pequenos trabalhos ou trabalhos esporádicos.

O trabalho na lavoura é difícil, necessitando do auxílio de empregados e, principalmente, da força mecânica para agilizar sua produção. Assim, questionados quanto à utilização de agrotóxicos nas atividades agrícolas, 70,2% confirmaram o seu uso, justificando que é necessário para viabilizar a produção, pois controla



as pragas, fungos e ervas daninhas, além de a sua aplicação ser prática, sendo impossível fazer o controle de forma mecânica e animal. Com isso, a atenção do produtor rural se concentra na facilidade de geração de renda, desconsiderando os danos que são causados ao meio ambiente. Assim, os agrotóxicos são utilizados, muitas vezes, pela sua praticidade e agilidade no combate às pragas. No entanto, 29,8% dos produtores não utilizam agrotóxicos, alegando o mal que fazem à saúde, além de prejudicar o solo. Infelizmente, são poucos os que têm essa concepção.

Além dos agrotóxicos, o adubo químico também é utilizado, sendo que 84,4% dos produtores o utilizam. A sua aplicação é justificada por inúmeros motivos, como a busca por melhor produção, a sua fácil aplicação, por não haver disponibilidade suficiente de adubo orgânico, por nutrir o solo e as plantas, entre outros. Apenas 15,6% dos produtores não utilizam adubo químico no cultivo de seus produtos.

A opinião em relação aos adubos orgânicos causa divergências entre os produtores rurais, uma vez que, para alguns, eles proporcionam muitos benefícios e para outros não apresentam o resultado almejado. Com isso, 15,7% dos produtores não os utilizam, pois desconhecem sua eficácia. Já para 13,7% dos produtores o efeito do adubo orgânico é muito lento, sendo que 19,6% apontam a dificuldade na sua aplicação como empecilho para o seu uso, pois a máquina plantadeira não comporta a granulometria do adubo orgânico. Assim, o adubo químico se torna mais prático de ser aplicado.

Muitos produtores rurais desconhecem os benefícios que os produtos orgânicos proporcionam tanto para o solo como para sua saúde. Também são poucos os agricultores que percebem os malefícios que os produtos químicos acarretam à natureza e à saúde humana e animal. A baixa escolaridade acaba influenciando nessas estatísticas, pois há pessoas que realmente não conseguem associar o uso intenso de agrotóxicos com o empobrecimento do solo, ou então o uso de adubo orgânico com o aumento da produtividade, entre outros exemplos.

A vegetação natural é importante para o equilíbrio do planeta. Dessa forma, 79,5% dos entrevistados preservam-na em sua propriedade, pois a consideram importante para propiciar melhor qualidade de vida, através do ar menos poluído. Ainda, é importante para proteger a encosta dos rios contra o processo erosivo.

Contudo, são poucas as áreas que apresentam vegetação natural, uma vez que há alguns anos não lhes era dispensada a devida importância, ocorrendo a derrubada desenfreada de áreas de mata. Atualmente, o índice das pessoas que a conservam é alto, pois sabem da importância que a vegetação representa para a perpetuação da vida no planeta e conhecem o ônus que acarreta o desmatamento sem licença para desmatar. Apesar disso, 9,1% não preservam a vegetação natural,

e em 11,4% das propriedades não há mais a presença de vegetação natural, uma vez que foi totalmente degradada.

Em relação aos solos, a opinião dos entrevistados é unânime: todos têm preocupação em preservar e conservá-lo, principalmente, para manter a sua fertilidade. Para tanto, realizam diversas ações como: não enterram plásticos; recolhem o lixo e as embalagens de agrotóxicos; contêm a erosão; plantam árvores; não realizam queimadas; realizam correto manejo do solo com plantio direto; efetuam análises de solo para verificar possíveis deficiências de nutrientes para posterior correção, assim como a utilização de produtos químicos em dose reduzida; e incorporam material orgânico, entre outros.

Em razão das dificuldades que o meio rural apresenta, o produtor empreende uma luta diária para contorná-las, sendo necessária muita força de vontade e perseverança para enfrentar a dura realidade no e do campo. Assim, a valorização do meio rural é muito importante, ainda mais em um município em que a agricultura representa grande importância para sua economia, considerando que é responsável pela alimentação da humanidade, de acordo com Diniz (1984).

O trabalho conjunto da comunidade em prol do município também é necessário, uma vez que não se pode esperar tudo dos órgãos públicos, sendo que cada indivíduo é responsável pelo crescimento e desenvolvimento de seu município. Outro fator muito importante é o empenho dos órgãos públicos para realizar uma gestão comprometida com os anseios de sua comunidade. E isso somente é possível se os gestores conhecerem as características de seu povo, do que este espera da administração pública. Assim, poderão realizar trabalhos que venham ao encontro de sua comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O espaço geográfico está em constante formação e transformação, resultante da ação do homem sobre o meio em que vive. Assim, ocorrem mudanças que afetam todos os moradores do local. Não há, pois, como separar a natureza do homem, por isso, essa relação deve ser compreendida como trocas mútuas e a natureza deve ser preservada.

No meio rural, a busca desenfreada pela renda é caracterizada pela expansão da atividade agrícola, explorando novas áreas para aumentar a produção com o uso de técnicas e ferramentas cada vez mais modernas, intensificando os problemas causados ao meio em que vive. No entanto, a partir dessa modernização, há uma qualificação e agilidade do trabalho, com a tecnificação da

ação, e não o aumento da produtividade. Essa poderá aumentar inicialmente, mas, a longo prazo, a fertilidade dos solos será reduzida e a produtividade também. Assim, a intensa modernização prejudica o próprio produtor rural, pois há perda na qualidade dos produtos, desequilíbrio ecológico, degradação dos solos, baixa produtividade, além da saúde humana que fica comprometida. No entanto, muitas vezes, o agricultor desconsidera esses resultados negativos.

Sabe-se da existência de novo modelo agrícola, a agricultura sustentável, com a qual busca-se a conservação e preservação dos solos, garantindo para as futuras gerações a possibilidade de continuar cultivando esses solos para sua sobrevivência. Nesse tipo de agricultura não são utilizados agrotóxicos nem adubos químicos, com investimentos bem menores. Ocorre um aumento de trabalho, mas de produtividade também. Apesar disso, é necessária a criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza, além da produção de novas formas políticas e ideológicas, pois ainda há muita resistência para pôr em prática esse novo modelo agrícola. O mesmo acontece na localidade em estudo, sendo que essa prática está sendo implantada por uma minoria de produtores rurais, pois eles têm receio em relação à produtividade de suas lavouras.

As disparidades sociais que assolam o campo, como a desigual distribuição de terras e de renda, o aumento da taxa de desemprego, devido ao processo de modernização da agricultura, o desigual acesso a créditos bancários, entre outras, é uma realidade presente na localidade de Cerro Chato. Com isso, o que se observa são grandes e pequenos produtores rurais tendo que enfrentar os mesmos problemas, sendo que os agricultores com maior poder aquisitivo têm seu trabalho facilitado, enquanto os pequenos enfrentam inúmeros problemas econômicos que tornam seu trabalho ainda mais árduo.

A localidade se caracteriza por possuir baixo índice de jovens, uma vez que há um reduzido número de filhos por família. Esse fato refletirá mais tarde na disponibilidade de mão de obra. Além disso, constatou-se que a população local tem conscientização em relação aos problemas ambientais que ocorrem, além de conhecer as ações necessárias para minimizá-los ou corrigi-los. Porém, falta iniciativa para colocar em prática essas ações, uma vez que necessitam de mais empenho dos agricultores e, também, das autoridades.

O arroz é cultivado por cerca de 34% dos produtores rurais, sendo o produto agrícola mais cultivado nessa localidade, devido às condições favoráveis como a existência de terras planas e próximas ao Rio Jacuí, disponibilizando água para a irrigação. Além do arroz, há o cultivo de inúmeros outros produtos, apresentando uma produção bem diversificada.

Conclui-se, ainda, que os novos objetos culturais inseridos na localidade são diversos. Entretanto, o processo é lento, devido às dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria dos moradores e ao baixo nível de escolaridade que os caracteriza, que irá refletir no seu padrão de vida, uma vez que as pessoas com baixo grau de instrução acabam se sujeitando a trabalhos com baixa remuneração.

Portanto, na área em questão há desigualdades no acesso à terra, na distribuição da renda, problemas ambientais, entre outros; no entanto, percebe-se que os produtores rurais são munidos de muita força de vontade e perseverança para enfrentarem as adversidades do dia a dia, que tornam a atividade agrícola um grande desafio para a sociedade atual. Muitos, porém, face às dificuldades que enfrentam no campo, acabam migrando para as cidades e intensificam os problemas urbanos já existentes, como desemprego, favelização, marginalização.

Desse modo, a partir dos resultados desse estudo, percebe-se que é necessária uma maior atenção ao setor agrícola, como programas de incentivos aos pequenos agricultores, tanto para a produção como para a comercialização de seus produtos, também como forma de diminuir o êxodo rural, pois a agricultura desempenha importante papel na economia do município. Na questão ambiental, tem-se muito que avançar. Está ocorrendo um grande debate acerca da preservação da mata ciliar e, felizmente, após várias explicações, a maioria dos produtores está, aos poucos, se conscientizando da importância da preservação da vegetação que margeia os cursos d'água. Os moradores também dispõem de coleta de lixo na localidade, o que é um grande avanço, pois são poucas localidades que dispõem desse serviço. O que tem sido um grande impasse em relação à questão ambiental relaciona-se ao uso de produtos químicos como adubos e agrotóxicos. Assim, o poder público deveria oferecer palestras e seminários a fim de mostrar ao agricultor as vantagens de outra alternativa, a agricultura sustentável.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A geografia e a questão social**. Recife: Edufal, 1997.

CALLAI, H. C. **O estudo do município e o ensino da história e geografia**. Ijuí: Ed. Ijuí, 1988.

\_\_\_\_\_. O lugar na Geografia e as monografias municipais. In: SCHÄFFER, N. O. (Org.). **Ensinar e aprender Geografia**. Porto Alegre, RS: AGB, 1998. p. 65-77.

\_\_\_\_\_. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2000. p. 83-133.

DINIZ, J. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

HERMES, C. W.; VALENTE, V. Análise do crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000. **Revista Disciplinarum Scientia**, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2006.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A.. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-107.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO. Disponível em: <<http://www.agudo.rs.gov.br>> Acesso em: 23 ago. 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, L. M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VALENTE, V. Considerações sobre a Geografia Agrária. **Revista Vidya**, Santa Maria, v. 14, n. 24, p. 113-119, 1995.

\_\_\_\_\_. **A agricultura e organização do espaço: o caso do Chapadão, no município de Jaguari, RS, nos últimos 40 anos**. 2001, 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Organização do espaço). UNESP, Rio Claro, SP.

VALVERDE, O. **Estudos de Geografia agrária brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

